

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	7
DMPL - 10/03/2011 à 31/12/2011	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	15
DMPL - 10/03/2011 à 31/12/2011	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	250
Preferenciais	790
Total	1.040
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.368.127	789.349
1.01	Ativo Circulante	692.855	193.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.487	192.906
1.01.02	Aplicações Financeiras	617.663	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	617.663	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	617.663	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.062	432
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.062	432
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	643	148
1.01.08.03	Outros	643	148
1.02	Ativo Não Circulante	675.272	595.863
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.505	8.941
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	27.505	8.941
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	27.505	8.941
1.02.02	Investimentos	75.130	585.329
1.02.02.01	Participações Societárias	75.130	585.329
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	75.130	585.329
1.02.03	Imobilizado	3.061	1.593
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.061	1.593
1.02.04	Intangível	569.576	0
1.02.04.01	Intangíveis	569.576	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.368.127	789.349
2.01	Passivo Circulante	12.909	1.767
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.436	821
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.436	821
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	1.882	821
2.01.01.02.02	Outros	554	0
2.01.02	Fornecedores	9.270	341
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.219	341
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	51	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.203	543
2.01.06	Provisões	0	62
2.01.06.02	Outras Provisões	0	62
2.01.06.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	0	62
2.03	Patrimônio Líquido	1.355.218	787.582
2.03.01	Capital Social Realizado	1.381.666	786.706
2.03.02	Reservas de Capital	8.239	940
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	1	1
2.03.02.07	Reserva para Pagamento Baseado em Ações	8.238	939
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-34.687	-64

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 10/03/2011 à 31/12/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-53.517	-13.307
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.079	-13.230
3.04.02.01	Despesas com Serviços Prestados por Terceiros	-17.695	-3.898
3.04.02.03	Outras	-6.836	-2.050
3.04.02.04	Despesas com Pessoal	-28.159	-7.181
3.04.02.05	Despesas Tributárias	-389	-101
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9	-62
3.04.05.01	Provisão para Passivo a Descoberto	-9	-62
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-429	-15
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-53.517	-13.307
3.06	Resultado Financeiro	18.894	13.243
3.06.01	Receitas Financeiras	19.035	13.332
3.06.02	Despesas Financeiras	-141	-89
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-34.623	-64
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-34.623	-64
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-34.623	-64
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-41,18	-0,1
3.99.01.02	PN	-41,18	-0,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-41,18	-0,1
3.99.02.02	PN	-41,18	-0,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 10/03/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-34.623	-64
4.03	Resultado Abrangente do Período	-34.623	-64

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 10/03/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-33.725	2.106
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-34.623	-64
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-34.623	-64
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-861	1.125
6.01.02.01	Fornecedores	511	340
6.01.02.02	Obrigações Tributárias	660	543
6.01.02.04	Outros Ativos	-495	-580
6.01.02.05	Outros Passivos	32	1
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas	1.061	821
6.01.02.07	Impostos a Recuperar	-2.630	0
6.01.03	Outros	1.759	1.045
6.01.03.01	Depreciação e Amortização	345	29
6.01.03.02	Opção de Compra de Ações	7.299	939
6.01.03.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	429	15
6.01.03.04	Provisão para Passivo a Descoberto	9	62
6.01.03.05	Receita de Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	-6.323	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-684.801	-595.907
6.02.01	Aquisições de Imobilizado	-366	-1.622
6.02.02	Investimentos em Sociedades Controladas	-52.619	-38.476
6.02.03	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-18.564	-8.941
6.02.04	Aquisição de Ativos Minerais	0	-546.868
6.02.05	Adições do Intangível	-1.912	0
6.02.06	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	-611.340	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	597.107	786.707
6.03.01	Bônus de Subscrição de Capital	0	1
6.03.02	Aumentos de Capital	611.340	806.790
6.03.03	Custo de Transação	-14.233	-20.084
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-121.419	192.906
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.906	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.487	192.906

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	786.706	940	0	-64	0	787.582
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	786.706	940	0	-64	0	787.582
5.04	Transações de Capital com os Sócios	594.960	0	0	0	0	594.960
5.04.01	Aumentos de Capital	594.960	0	0	0	0	594.960
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.623	0	-34.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.623	0	-34.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.299	0	0	0	7.299
5.06.04	Opção de Compra de Ações	0	7.299	0	0	0	7.299
5.07	SalDOS Finais	1.381.666	8.239	0	-34.687	0	1.355.218

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 10/03/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	786.706	1	0	0	0	786.707
5.04.01	Aumentos de Capital	786.705	0	0	0	0	786.705
5.04.08	Ato Societário Constitutivo	1	0	0	0	0	1
5.04.09	Bônus de Subscrição	0	1	0	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64	0	-64
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-64	0	-64
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	939	0	0	0	939
5.06.06	Opção de Compra de Ações	0	939	0	0	0	939
5.07	Saldos Finais	786.706	940	0	-64	0	787.582

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 10/03/2011 à 31/12/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.695	-3.898
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.695	-3.898
7.03	Valor Adicionado Bruto	-17.695	-3.898
7.04	Retenções	-345	-29
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-345	-29
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-18.040	-3.927
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.597	13.255
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-429	-15
7.06.02	Receitas Financeiras	19.035	13.332
7.06.03	Outros	-9	-62
7.06.03.02	Provisão para Passivo a Descoberto	-9	-62
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	557	9.328
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	557	9.328
7.08.01	Pessoal	24.357	6.032
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.772	4.020
7.08.01.02	Benefícios	1.026	300
7.08.01.03	F.G.T.S.	829	247
7.08.01.04	Outros	4.730	1.465
7.08.01.04.01	Honorários da Administração	4.730	1.465
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.967	1.199
7.08.02.01	Federais	3.802	1.149
7.08.02.03	Municipais	165	50
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.632	2.110
7.08.03.03	Outras	6.632	2.110
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	141	89
7.08.03.03.02	Gerais e Administrativas	6.491	2.021
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-34.623	-64
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-34.623	-64
7.08.05	Outros	224	51
7.08.05.01	Obrigações Intra-setoriais	224	51

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.368.937	792.277
1.01	Ativo Circulante	692.867	193.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.487	192.906
1.01.02	Aplicações Financeiras	617.663	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	617.663	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	617.663	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.062	432
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.062	432
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	655	148
1.01.08.03	Outros	655	148
1.02	Ativo Não Circulante	676.070	598.791
1.02.03	Imobilizado	37.967	7.638
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.967	7.638
1.02.04	Intangível	638.103	591.153
1.02.04.01	Intangíveis	638.103	591.153

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.368.937	792.277
2.01	Passivo Circulante	13.719	4.695
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.436	822
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.436	822
2.01.01.02.01	Salário e Encargos Sociais	1.882	821
2.01.01.02.02	Outros	554	1
2.01.02	Fornecedores	9.861	3.135
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.810	3.135
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	51	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.422	738
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.355.218	787.582
2.03.01	Capital Social Realizado	1.381.666	786.706
2.03.02	Reservas de Capital	8.239	940
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	1	1
2.03.02.07	Reserva para Pagamento Baseado em Ações	8.238	939
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-34.687	-64

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 10/03/2011 à 31/12/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-53.507	-13.307
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.507	-13.307
3.04.02.01	Despesas com Serviços Prestados por Terceiros	-18.026	-3.971
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-28.159	-7.181
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-411	-101
3.04.02.04	Outras	-6.911	-2.054
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-53.507	-13.307
3.06	Resultado Financeiro	18.884	13.243
3.06.01	Receitas Financeiras	19.035	13.332
3.06.02	Despesas Financeiras	-151	-89
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-34.623	-64
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-34.623	-64
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-34.623	-64
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-34.623	-64
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-41,18	-0,1
3.99.01.02	PN	-41,18	-0,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-41,18	-0,1
3.99.02.02	PN	-41,18	-0,1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 10/03/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-34.623	-64
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-34.623	-64
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-34.623	-64

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 10/03/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-34.182	5.019
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-34.623	-64
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-34.623	-64
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-880	4.115
6.01.02.02	Fornecedores	533	3.135
6.01.02.03	Obrigações Tributárias	631	738
6.01.02.05	Outros Ativos	-507	-580
6.01.02.06	Outros Passivos	32	1
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	1.061	821
6.01.02.08	Impostos a Recuperar	-2.630	0
6.01.03	Outros	1.321	968
6.01.03.01	Depreciação e Amortização	345	29
6.01.03.02	Opção de Compra de Ações	7.299	939
6.01.03.05	Receita de Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	-6.323	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-684.344	-598.820
6.02.01	Aquisições de Imobilizados	-30.550	-7.667
6.02.04	Aquisições de Ativos Minerais	0	-585.344
6.02.05	Adições ao intangível	-42.454	-5.809
6.02.06	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	-611.340	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	597.107	786.707
6.03.01	Bônus de Subscrição de Capital	0	1
6.03.02	Aumentos de Capital	611.340	806.790
6.03.03	Custo de Transação	-14.233	-20.084
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-121.419	192.906
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.906	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.487	192.906

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	786.706	940	0	-64	0	787.582	0	787.582
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	786.706	940	0	-64	0	787.582	0	787.582
5.04	Transações de Capital com os Sócios	594.960	0	0	0	0	594.960	0	594.960
5.04.01	Aumentos de Capital	594.960	0	0	0	0	594.960	0	594.960
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.623	0	-34.623	0	-34.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.623	0	-34.623	0	-34.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.299	0	0	0	7.299	0	7.299
5.06.04	Opção de compra de Ações	0	7.299	0	0	0	7.299	0	7.299
5.07	Saldos Finais	1.381.666	8.239	0	-34.687	0	1.355.218	0	1.355.218

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 10/03/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	786.706	1	0	0	0	786.707	0	786.707
5.04.01	Aumentos de Capital	786.705	0	0	0	0	786.705	0	786.705
5.04.08	Ato Societário Constitutivo	1	0	0	0	0	1	0	1
5.04.09	Bônus de Subscrição	0	1	0	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64	0	-64	0	-64
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-64	0	-64	0	-64
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	939	0	0	0	939	0	939
5.06.06	Opção de Compra de Ações	0	939	0	0	0	939	0	939
5.07	Saldos Finais	786.706	940	0	-64	0	787.582	0	787.582

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 10/03/2011 à 31/12/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.026	-3.971
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.026	-3.971
7.03	Valor Adicionado Bruto	-18.026	-3.971
7.04	Retenções	-345	-29
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-345	-29
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-18.371	-4.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.035	13.332
7.06.02	Receitas Financeiras	19.035	13.332
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	664	9.332
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	664	9.332
7.08.01	Pessoal	24.357	6.032
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.772	4.020
7.08.01.02	Benefícios	1.026	300
7.08.01.03	F.G.T.S.	829	247
7.08.01.04	Outros	4.730	1.465
7.08.01.04.01	Honorários da Administração	4.730	1.465
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.989	1.199
7.08.02.01	Federais	3.802	1.149
7.08.02.03	Municipais	187	50
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.717	2.114
7.08.03.03	Outras	6.717	2.114
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	151	89
7.08.03.03.02	Gerais e Administrativas	6.566	2.025
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-34.623	-64
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-34.623	-64
7.08.05	Outros	224	51
7.08.05.01	Obrigações Intra-setoriais	224	51



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Manabi S.A. ("Manabi" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

1. Mensagem da Administração

No ano de 2012 a Manabi conquistou importantes avanços no desenvolvimento dos seus projetos minerários Morro do Pilar e Morro Escuro, com recursos de minério de ferro situados em região entre o Quadrilátero Ferrífero e a Serra da Serpentina, Estado de Minas Gerais.

Em março de 2012, a empresa independente SRK Consulting concluiu a certificação inicial de parte reduzida dos direitos minerários que compõem nossos projetos, que indicou cerca de 1,5 bilhões de recursos inferidos de acordo com a norma canadense *National Instrument 43-101 – Standards of Disclosure for Mineral Projects* (NI 43-101).

O processo de licenciamento ambiental também evoluiu ao longo do ano com o protocolo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) tanto do projeto Morro do Pilar quanto do projeto Morro Escuro, na expectativa de receber a licença prévia (LP) de ambos os empreendimentos no futuro próximo.

A Manabi também intensificou em 2012 o desenvolvimento de seu sistema logístico integrado para atender à futura produção do projeto Morro do Pilar, que compreende a implantação de mineroduto de aproximadamente 531 km de extensão até o Porto Norte Capixaba, terminal portuário de uso privativo que se localizará no litoral do município de Linhares, Estado do Espírito Santo. Os avanços incluíram a ampliação da área original de 380 hectares do terminal portuário com a aquisição de uma área contígua de 760 hectares por sua subsidiária Manabi Logística S.A., bem como, em março de 2013, o protocolo do EIA do sistema logístico integrado.

Em outubro de 2012, a Manabi concluiu a captação privada de valor equivalente a US\$ 300 milhões em moeda nacional mediante aumento de capital com emissão de 240.000 novas ações preferenciais classe B. Metade do investimento foi aportado pela empresa norte-americana EIG Global Energy Partners, investidor institucional global dos setores de energia, mineração e infraestrutura, e a outra metade por Ontario Teachers' Pension Plan (OTPP) e outros acionistas atuais. Essa operação reforçou a capacidade financeira da Manabi de forma a permitir a manutenção do ritmo de implantação de seus projetos.

2. Cenário Setorial

O ano de 2012 demonstrou a resiliência dos fundamentos do mercado do minério de ferro, pois, apesar das incertezas macro econômicas advindas da Europa e da turbulência nos mercados financeiros, a redução de preços de minério de ferro ocorrida durante o terceiro trimestre foi breve e limitada. Mais uma vez, o crescimento vigoroso da economia chinesa, com um crescente número de projetos de infraestrutura e maior urbanização, sustentou uma demanda robusta pelas commodities industriais e em especial pelo minério de ferro. Some-se também o efeito de custos de produção crescentes na China e o declínio acentuado na qualidade do minério chinês, além das incertezas associadas à implantação de novos empreendimentos de



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

grande porte na China e temos um cenário de longo prazo favorável ao desenvolvimento de projetos de minério de qualidade *premium*, com escala e custos competitivos em relação ao minério chinês.

3. Demonstrações Financeiras

Resultado do Exercício Financeiro

O resultado no exercício de 2012 foi negativo em R\$ 34,6 milhões. Esta perda resultou (i) do esperado aumento em nossas despesas operacionais, as quais alcançaram R\$53.5 milhões neste exercício, principalmente relacionadas a estudos técnicos e contratação de pessoal; compensado parcialmente pelo (ii) aumento de nosso resultado financeiro, que alcançou R\$ 18,9 milhões.

Caixa e Equivalentes de Caixa / Títulos e Valores Mobiliários

A posição de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 689,1 milhões, sendo R\$ 71,5 milhões em caixa e equivalentes de caixa e R\$ 617,6 milhões em títulos e valores mobiliários. Nesta data, os equivalentes de caixa encontravam-se integralmente alocados em operações compromissadas e CDBs de bancos de primeira linha a uma taxa média de 101,3% do CDI. Os títulos e valores mobiliários correspondem a títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com rendimentos atrelados à variação da Selic (LFT) e à variação do IPCA + spread (NTN-B). Esses títulos geraram rentabilidade média, até o final de 2012, de 105,7% do CDI. Os equivalentes de caixa disponíveis nesta data são remanescentes da primeira captação privada ocorrida em junho de 2011.

4. Responsabilidade Socioambiental

Como forma de reforçar o compromisso da empresa com as melhores práticas sócio-ambientais, a Manabi aderiu voluntariamente ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os princípios norteadores desse compromisso contam-se o respeito aos direitos humanos no trabalho, o respeito ao meio-ambiente, a integridade e o combate à corrupção.

5. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A Manabi é uma companhia de capital aberto registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com ações listadas na BM&FBOVESPA mas ainda não disponíveis para negociação em bolsa. Atualmente nosso capital social é composto por 1.040.000 ações, sendo 250.000 ações ordinárias, 550.000 ações preferenciais classe A e 240.000 ações preferenciais classe B.

Nosso Conselho de Administração é composto atualmente por oito membros, todos com mandato de um ano, permitida a reeleição. Em 30 de novembro de 2012, os Srs. Marcos Ludwig e John Sheedy renunciaram aos seus postos em nosso Conselho de Administração, sendo que o primeiro para assumir o cargo de Diretor Jurídico da Companhia. Ato contínuo, os Srs. Guy Bentinck e Andy Zhmurovsky e a Sra. Hahn Disch-Le tomaram posse como novos conselheiros da Companhia.

6. Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles,



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

7. Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Terco presta serviços de auditoria externa para a Companhia relacionados ao exame de suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o auditor independente da Companhia, Ernst & Young, também prestou serviços relacionados à captação privada, estudos de viabilidade para reestruturação societária internacional e apoio no atendimento de obrigações acessórias no exterior, totalizando R\$542 mil. A Ernst & Young declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

Em atendimento à Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no parecer da Ernst & Young Terco e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Rio de Janeiro – RJ, 14 de março de 2013.

A Administração

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A Manabi S.A. (doravante "Manabi" ou "Companhia"), anteriormente Manabi Holding S.A., foi constituída em 10 de março de 2011, é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Manabi é uma companhia de mineração com foco em minério de ferro de alto teor e plano de logística integrada que, em 31 de dezembro de 2012, detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. ("MOPI"), Morro Escuro Minerais S.A. ("MOES") e Manabi Logística S.A. ("Manabi Log"). As subsidiárias MOPI e MOES tem o objetivo de: (a) pesquisa, exploração, lavra, beneficiamento e transporte de bens e produtos minerais; (b) prestação de serviços geológicos; (c) prestação de serviços de intermediação relacionados às atividades acima; (d) participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior; (e) locação de veículos, sondas e equipamentos para sondagem e mineração; e (f) prestação de serviços de sondagem para mineração. A Manabi Log tem o objetivo de ser utilizada para consolidar uma logística portuária eficiente para o escoamento da produção de minério de ferro, por meio da área que esta subsidiária possui e pretende construir o terminal portuário, Porto Norte.

Os acionistas e o Conselho de Administração da Companhia aprovaram em 10 de setembro de 2012, um aumento de capital social no valor de R\$ 611.340 via subscrição privada.

Em 14 de dezembro de 2012, foi realizada a cisão parcial da controlada MOPI com o objetivo de racionalização das atividades do grupo empresarial, envolvendo a transferência para a controladora dos ativos e passivos da MOPI, relacionados à atividade de extração de minério de ferro.

O desenvolvimento e a implementação de um projeto integrado de produção e escoamento de minério de ferro é de capital intensivo. Nesse contexto, a Administração acredita que os recursos detidos em caixa são suficientes para, no mínimo, os próximos 15 meses de operação. A Administração continua avaliando alternativas de acessar o mercado de capitais para captação de recursos adicionais que permitam a implementação de seu plano de negócios.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Companhia pretende investir principalmente em (i) aprofundamento do seu conhecimento do ativo minerário com relatórios de exploração e pesquisa, de perfuração, caracterização e modelagem, (ii) engenharia, (iii) obtenção de licenças necessárias à operação, (iv) infraestrutura logística, e (v) negociações de contratos com potenciais compradores. A Companhia iniciou a contratação de conceituadas empresas que prestarão serviços de sondagem, análise química de amostras, preparação de estudos ambientais e desenvolvimento de engenharia conceitual para o conjunto de mina, mineroduto e terminal portuário.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Essas práticas diferem das normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS, seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas pelo custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis abaixo e Nota 14.

A Companhia foi constituída em 10 de março de 2011 e, portanto, as informações comparativas compreendem o período de 10 de março a 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

A Administração da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 14 de março de 2013.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia:

3.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras das controladas MOPI, MOES e Manabi Log, sobre as quais a Companhia detém 100% de participação.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado das empresas controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (a) eliminação dos saldos de ativos e/ou passivos entre as sociedades consolidadas; (b) eliminação dos investimentos contra o respectivo patrimônio líquido da sociedade controlada; e (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades consolidadas.

3.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Combinação de negócios--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada.

Inicialmente, o ágio, se houver, é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Atualmente, os ativos financeiros da Companhia são representados pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, classificados a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos, e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e direitos de propriedade desses ativos.

Passivos financeiros

Atualmente, o único passivo financeiro da Companhia é o saldo com fornecedores. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando pago ou quando tem suas obrigações contratuais canceladas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados com base nas variações monetárias e taxas de câmbio e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nos termos contratuais. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de apropriação dos juros e variações monetárias.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente, e subsequentemente mensurados, pelo valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado. A Companhia não operou com derivativos em 2012 ou 2011.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Os títulos e valores mobiliários são investimentos de curto prazo mantidos com o objetivo de serem ativamente negociados. Esses investimentos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e os ganhos e as perdas de variações de valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, sendo eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Uma controlada é uma entidade na qual, a Companhia, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionando-se as mudanças após a aquisição da participação societária.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada pelo método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de mineração (quando em operação) e da provisão para redução do seu valor recuperável, quando aplicável. Os terrenos não são depreciados e as benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois o menor.

3.7. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários e são avaliados ao custo de aquisição sendo que a amortização será calculada considerando o prazo estimado em que os benefícios correspondentes dos ativos intangíveis forem auferidos e começará a ser realizada no momento em que o ativo a que esteja vinculado, entre em operação. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que irão gerar benefícios econômicos para a Companhia e que seu respectivo valor possa ser medido de forma confiável.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados contabilmente pelo valor justo na data de aquisição, e subsequentemente são deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. A estimativa inicial da Administração é que as reservas minerais sejam exauridas em aproximadamente 20 anos, a partir do início das operações.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. O valor relativo a qualquer provisão é normalmente registrado no resultado, líquido de qualquer reembolso. Atualmente a Companhia e suas controladas não são parte de processos judiciais ou administrativos.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração não registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nesta fase de pesquisa e desenvolvimento dos recursos.

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas que foram considerados, ou que afetarão a Companhia após o início da produção, incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado; a estimativa de reservas utilizada no cálculo da depreciação pelo método das unidades produzidas; a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; entre outros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas e apresentadas pelo método indireto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa.

3.14. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades Anônimas de capital aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

3.15. Prejuízo por ação

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O prejuízo diluído por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média de ações ordinárias e preferenciais durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas em ações ordinárias ou preferenciais.

3.16. Informação por segmento

A definição dos segmentos operacionais é efetuada em consonância com a análise das operações pelo principal tomador de decisões operacionais da Companhia, que é o responsável pela alocação de recursos e avaliação do desempenho de segmentos operacionais, e tem sido identificado como o Diretor-Presidente. Atualmente, a Companhia tem apenas o segmento de mineração, ainda em fase de pesquisa e desenvolvimento dos recursos.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Pagamento baseado em ações

A remuneração dos executivos baseada em ações é mensurada e reconhecida a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos e interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. Segue abaixo um resumo das normas e impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, se houver:

- ▶ IAS 1 (CPC 26 R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - a principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa alteração não deverá impactar a Companhia.
- ▶ IFRS 9 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros - aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma originalmente aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 foi alterada para 1º de janeiro de 2015. A Administração da Companhia avalia que o impacto total dessas alterações em suas demonstrações financeiras, se houver, não será significativo.
- ▶ IFRS 10 (CPC 36 R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas - apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. A norma expande o conceito de controle e fornece orientações adicionais na sua determinação. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia detém 100% de participação em suas investidas e não existe em 31 de dezembro de 2012 acordos que ensejem que a Companhia tem controle sobre outras entidades além das consolidadas. Dessa forma, a Administração entende que não haverá impacto decorrente desse pronunciamento nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos e interpretações--Continuação

- ▶ IFRS 11 (CPC 19 R2) - Acordos em Conjunto - a norma define os acordos em conjunto com base nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos e, como consequência, contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido nos empreendimentos controlados em conjunto. A Companhia não possui acordos em conjunto em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, este pronunciamento não trará impactos às demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1^o de janeiro de 2013.
- ▶ IFRS 12 (CPC 45) - Divulgação sobre Participações em Outras Entidades - trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo controladas, coligadas, acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações. A norma é aplicável a partir de 1^o de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que não haverá impacto relevantes nas divulgações decorrente desse pronunciamento.
- ▶ IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração de Valor Justo - o objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso é requerido ou permitido por outros pronunciamentos. A norma é aplicável a partir de 1^o de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que não haverá impacto significativo decorrente desse pronunciamento nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Combinação de negócios

Em 8 de junho de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das ações das sociedades MOPI e MOES, que são detentoras de determinados direitos minerários e vêm desenvolvendo estudos e pesquisas visando à exploração de minério de ferro.

O resumo das aquisições efetuadas está demonstrado abaixo:

	MOPI	MOES	Total
Valores contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos			
Caixa	2	2	4
Intangíveis	30.658	7.813	38.471
Contas a pagar	(30.652)	(7.811)	(38.463)
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	8	4	12
Excedente pago, alocado aos ativos intangíveis adquiridos (Nota 9)	(a) 491.427	55.441	546.868
Consideração transferida	(b) 491.435	55.445	546.880

(a) Os ativos intangíveis adquiridos são representados pelos direitos de prospecção e reservas minerais existentes nas entidades adquiridas. A mensuração dos valores justos foi feita por especialista por meio de fluxos de caixa descontados estimados relacionados às reservas minerais. As empresas adquiridas apresentavam em seus balanços o montante de R\$ 38.471 relativos aos direitos de prospecção e gastos capitalizados e, de acordo com as avaliações da Administração, o valor justo total dos intangíveis era de aproximadamente R\$ 585 milhões. Dessa forma, todo o excedente pago foi alocado aos intangíveis.

(b) A consideração transferida foi efetuada integralmente em dinheiro na data de aquisição, em 8 de junho de 2011.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	11	415	11	415
Equivalentes de caixa				
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	25.395	95.903	25.395	95.903
Debêntures compromissadas	46.081	96.588	46.081	96.588
	71.487	192.906	71.487	192.906
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos	617.663	-	617.663	-
	617.663	-	617.663	-

Os CDBs e debêntures compromissadas, possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e estão disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e suas controladas. Esses títulos têm seus rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade média de 101,3% do CDI.

As aplicações em CDBs e debêntures compromissadas tem a seguinte composição:

Título	Banco	Início da operação	Vencimento da operação	Indexador CDI	31/12/2012	31/12/2011
					Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
CDB	Bradesco	26/03/2012	17/03/2014	100,0%	417	-
CDB	Itaú BBA	08/06/2011	29/05/2013	101,6%	13.423	42.642
CDB	Banco do Brasil	08/06/2011	29/05/2013	100,6%	11.554	53.261
Debêntures	Itaú BBA	08/06/2011	29/05/2013	101,0%	-	54.627
Debêntures	Itaú BBA	21/12/2012	21/01/2013	80,0%	535	-
Debêntures	Bradesco	08/06/2011	29/05/2013	101,7%	45.547	41.961
					71.476	192.491

Apesar dos vencimentos serem superiores a 90 dias, os bancos garantem a recompra dos papéis sem qualquer perda de valor e em qualquer momento que a administração da Companhia desejar.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários -- Continuação

Os títulos públicos têm a seguinte composição:

Título	Quantidade	Início	Vencimento	Indexador	31/12/2012	31/12/2011
					Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
LFT	18.544	06/11/2012	07/09/2015	Selic	101.032	-
LFT	27.808	07/11/2012	07/09/2015	Selic	151.504	-
LFT	18.534	08/11/2012	07/09/2015	Selic	100.977	-
LFT	37.055	12/11/2012	07/09/2013	Selic	201.859	-
LFT	712	05/12/2012	07/03/2013	Selic	3.878	-
NTN-B	4.000	04/12/2012	15/08/2014	IPCA	9.735	-
NTN-B	10.000	04/12/2012	15/08/2014	IPCA	24.339	-
NTN-B	10.000	04/12/2012	15/08/2014	IPCA	24.339	-
					617.663	-

Os títulos públicos estão alocados em um fundo de investimentos exclusivo e são compostos por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com rendimentos atrelados à variação da Selic (LFT) e à variação do IPCA + spread (NTN-B). Esses títulos geraram rentabilidade média, até o final de 2012, de 105,7% do CDI.

Os títulos públicos têm alta liquidez, baixo risco de crédito (risco soberano) e estão disponíveis para ser utilizados nas operações da Companhia e suas controladas.

Os recursos investidos em títulos públicos são provenientes da captação privada realizada pela Companhia no segundo semestre de 2012.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos em controladas (controladora)

Os investimentos nas controladas MOPI e MOES foram adquiridos em 8 de junho de 2011, conforme detalhado na Nota 5. Nesta mesma data, a Companhia aumentou o capital social das investidas em R\$ 30.653 e R\$ 7.811, respectivamente, sendo os recursos integralmente utilizados para pagamento de dívidas de mesmo valor.

A movimentação dos investimentos no exercício foi da seguinte forma:

	31/12/2011	Aumento de capital	Cisão Parcial (a)	Equivalência patrimonial/ provisão para passivo a descoberto	31/12/2012
Investimentos					
MOPI	30.651	44.658	(70.891)	(314)	4.104
MOES	7.810	1.365	-	(42)	9.133
Manabi Log	-	6.596	-	(144)	6.452
Excedente pago na aquisição dos investimentos					
MOPI	491.427	-	(491.427)	-	-
MOES	55.441	-	-	-	55.441
	585.329	52.619	(562.318)	(500)	75.130
Provisão para passivo a descoberto					
Manabi Log	(62)	-	-	62	-
				(438)	

- (a) Em 14 de dezembro de 2012 foi realizada a cisão parcial da controlada MOPI motivada, nos termos do Protocolo e Justificação, em um projeto de reestruturação societária de racionalização das atividades do grupo empresarial, envolvendo a transferência à Companhia dos ativos e passivos da MOPI relacionados à atividade de extração de minério de ferro.

Mediante incorporação da parcela cindida da MOPI, o excedente pago na aquisição desta empresa, no valor de R\$ 491.427, anteriormente registrado dentro do investimento na demonstração financeira individual e alocado como intangível na demonstração financeira consolidada, passa a ser registrado diretamente no intangível da controladora. Não houve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes dessa cisão parcial.

O acervo líquido cindido totalizou R\$ 70.891 e está sumariamente demonstrado da seguinte forma:

	Valor na data da cisão
Imobilizado líquido	1.443
Intangível	76.024
Contas a pagar	(6.576)
Ativos líquidos cindidos	70.891

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos em controladas (controladora)--Continuação

Outras informações dos investimentos - 31 de dezembro de 2012 e 2011

<u>2012</u>	<u>MOPI</u>	<u>MOES</u>	<u>Manabi Log</u>
Quantidade de ações (ordinárias)	4.031.860	782.820	659.600
Participação no capital social	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	4.104	9.133	6.452
<u>2011</u>			
Quantidade de ações (ordinárias)	3.066.060.942	781.455.405	900
Participação no capital social	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	30.651	7.810	(62)

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos de recursos remetidos pela Companhia às suas controladas MOPI, MOES e Manabi Log, totalizam R\$ 2.792, R\$ 3.745 e R\$ 20.968, respectivamente, para a aquisição de terrenos no litoral do Espírito Santo, sondagens, estudos ambientais, levantamento, cadastramento, avaliação, negociação e regularização documental das áreas do projeto. Esses recursos estão classificados como adiantamentos para futuros aumentos de capital - AFAC, cuja capitalização deverá ocorrer em período não superior a um ano.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

Saldos da controladora

	Controladora			31/12/2011		
	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Edificações	285	(2)	283	-	-	-
Construções em andamento	1.174	-	1.174	-	-	-
Máquinas e equipamentos	73	(3)	70	14	-	14
Móveis e utensílios	767	(74)	693	602	(13)	589
Equipamentos de informática	290	(53)	237	273	(13)	260
Equipamentos de comunicação	87	(16)	71	59	(3)	56
Benfeitorias em bens de terceiros	688	(155)	533	674	-	674
	3.364	(303)	3.061	1.622	(29)	1.593

Movimentação da controladora no exercício

	Taxa de Depreciação	Controladora					
		31/12/2011	Acervo líquido*	Aquisições	Transferência	Depreciação	31/12/2012
Edificações	4%	-	283	-	-	-	283
Construções em andamento	-	-	1.100	74	-	-	1.174
Máquinas e equipamentos	10%	14	56	2	-	(2)	70
Móveis e utensílios	10%	589	2	162	-	(60)	693
Equipamentos de informática	20%	260	2	469	(453)	(41)	237
Equipamentos de comunicação	20%	56	28	-	-	(13)	71
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	674	14	-	-	(155)	533
		1.593	1.443	749	(453)	(271)	3.061

* Valores provenientes da incorporação de parte da controlada MOPI.

Saldos consolidados

	Consolidado			31/12/2011		
	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Terrenos	28.203	-	28.203	5.523	-	5.523
Edificações	285	(2)	283	-	-	-
Construções em andamento	7.874	-	7.874	522	-	522
Máquinas e equipamentos	73	(3)	70	14	-	14
Móveis e utensílios	770	(74)	696	602	(13)	589
Equipamentos de informática	290	(53)	237	273	(13)	260
Equipamentos de comunicação	87	(16)	71	59	(3)	56
Benfeitorias em bens de terceiros	688	(155)	533	674	-	674
	38.270	(303)	37.967	7.667	(29)	7.638

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

Movimentação dos saldos consolidados no exercício

	Taxa de Depreciação	Consolidado				
		31/12/2011	Aquisições	Transferência	Depreciação	31/12/2012
Terrenos	-	5.523	22.680	-	-	28.203
Edificações	4%	-	285	-	(2)	283
Construções em andamento	-	522	7.352	-	-	7.874
Máquinas e equipamentos	10%	14	59	-	(3)	70
Móveis e utensílios	10%	589	167	-	(60)	696
Equipamentos de informática	20%	260	471	(453)	(41)	237
Equipamentos de comunicação	20%	56	28	-	(13)	71
Benefetorias em bens de terceiros	22%	674	14	-	(155)	533
		7.638	31.056	(453)	(274)	37.967

Em 14 de setembro de 2011, por meio da subsidiária Manabi Log, a Companhia adquiriu uma área de terras, medindo 3.390.034 m² (três milhões, trezentos e noventa mil e trinta e quatro metros quadrados), situada em Degredo - Suruaca, distrito de Regência, no litoral do Espírito Santo. O preço de aquisição da área, consoante o termo de opção de compra, foi de R\$ 5.320, fixo e irrevogável.

Em 26 de março de 2012, também por meio da subsidiária Manabi Log, a Companhia adquiriu uma área de terras, medindo 6.618.430 m² (seis milhões seiscentos e dezoito mil quatrocentos e trinta metros quadrados) situada na mesma localidade. O preço da área, fixo e irrevogável, conforme o instrumento particular, foi de R\$ 15.300.

Para ambas as aquisições, há áreas de compromissos de cessão de direitos de posse de 430.706 m² (quatrocentos e trinta mil e setecentos e seis metros quadrados) e 985.500 m² (novecentos e oitenta e cinco mil e quinhentos metros quadrados), respectivamente.

Essas aquisições são parte integrante da execução da estratégia da Companhia de desenvolver a parte logística do projeto, que inclui o transporte de bens e produtos minerais e o desenvolvimento de um terminal portuário privativo de uso misto para a exportação, movimentação e armazenamento de minério de ferro proveniente da MOPI, além de outras cargas que venham a ser requeridas e autorizadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), na forma da legislação aplicável.

Em novembro de 2011 foram iniciados os trabalhos visando à construção do terminal portuário. Os dispêndios ocorridos até 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 6.700, relacionados com processo de licenciamento ambiental, estudos oceanográficos e início do projeto de engenharia conceitual do porto, foram integralmente ativados ao imobilizado.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível (consolidado)

O ativo intangível foi adquirido principalmente por meio de combinação de negócios ocorrida em 8 de junho de 2011 e é formado pelos direitos de prospecção e recursos minerais existentes das subsidiárias MOPI e MOES.

Os intangíveis são representados por mais de 65 direitos minerários, respectivos recursos e gastos exploratórios, localizados no Estado de Minas Gerais, dos quais 21 referentes a autorização de pesquisa e os demais nas fases de autorização de pesquisa ou em processo de disponibilidade, e gastos capitalizados correspondentes ao desenvolvimento das minas, como segue:

	Taxa de Amortização	Consolidado				
		31/12/2011	Aquisições	Transferência	Amortização	31/12/2012
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direito de prospecção	-	44.285	46.568	-	-	90.853
Intangível adquirido em combinação de negócios (Nota 5)	-	546.868	-	-	-	546.868
Software	20%	-	-	453	(71)	382
		<u>591.153</u>	<u>46.568</u>	<u>453</u>	<u>(71)</u>	<u>638.103</u>

A Companhia está tomando as providências necessárias para cessão total da titularidade dos direitos minerários adquiridos junto ao órgão regulador.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado da Companhia era de R\$ 59.537 (R\$ 19.107 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual a Administração optou por não registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nesta fase do projeto. Prejuízos fiscais a compensar gerados no Brasil não expiram e são compensados com lucro tributável futuro, limitado, entretanto, a 30% dos tributos a pagar em cada exercício.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia encontra-se em fase de exploração e avaliação de recursos minerais e atualmente não há transações operacionais com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do conselho como pessoal-chave da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a remuneração desses diretores e membros do conselho foi, respectivamente, R\$ 4.631 e R\$ 1.714, englobando salários, honorários e encargos sociais. Os honorários dos diretores e membros do conselho para o exercício de 2012 foram fixados em Assembleia Geral Extraordinária nos montantes globais de até R\$5.100 e R\$2.100 respectivamente.

Pagamento baseado em ações (stock options)

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2011, a adoção de um plano de remuneração de diretores, conselheiros e funcionários por meio de opção de compra de ações (stock option plan). As opções do plano de emissão pela Companhia são do tipo primário, logo, envolvem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2012, o total de opções outorgadas era de 23.370 (vinte e três mil, trezentas e setenta ações) realizado por meio de contrato individual entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve concluir três anos de serviço (período de aquisição de direito). As opções, na proporção de um terço do total das ações disponíveis para o plano, são exercíveis em três parcelas anuais, sendo a primeira depois de decorridos 12 meses da data da outorga e as duas seguintes, nas mesmas condições, observados os períodos de 24 e 36 meses também contados da data da outorga. Os participantes têm o prazo máximo de sessenta meses, a partir da data da maturação, para exercer as opções.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

Pagamento baseado em ações (stock options)--Continuação

O preço de exercício das opções concedidas até 20 de agosto de 2012 é de R\$ 1.576,00 (mil e quinhentos e setenta e seis reais) por ação nominal e a partir desta data R\$ 2.547,25 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que devem permanecer os mesmos até a data efetiva do exercício das opções, passível de correções no caso de agrupamentos ou desdobramento da ação. Como a Companhia ainda não distribuiu dividendos, para efeito de valorização dessas opções, foi mantida a estimativa de que não serão pagos dividendos durante a vida do programa de outorga de opção.

A remuneração com base em opções para compra de ações foi mensurada e reconhecida ao valor justo, sendo utilizado o modelo de Merton (1973).

O quadro abaixo demonstra o resultado do cálculo do valor justo das opções atualizado para a data dessas demonstrações financeiras:

Piano	Data de outorga	Data de maturação inicial	Data de vencimento	Quantidade de ações	Volatilidade anual	Taxa livre de risco	Fator de diluição	Valor justo das opções
2011.1	15/10/2011	15/10/2012	15/02/2013	180	40,41%	11,35%	99,41%	163
2011.1	15/10/2011	15/10/2012	15/10/2017	4.550	40,41%	11,35%	99,41%	4.122
2011.1	15/10/2011	15/10/2013	15/10/2018	4.550	39,47%	11,35%	98,62%	4.387
2011.1	15/10/2011	15/10/2014	15/10/2019	4.550	38,95%	11,34%	98,23%	4.629
Total 31/12/2011				13.830				13.301
Aditivos	02/01/2012	15/10/2012	15/10/2017	500	40,86%	11,00%	99,24%	442
Aditivos	02/01/2012	15/10/2013	15/10/2018	500	39,59%	11,04%	98,33%	469
Aditivos	02/01/2012	15/10/2014	15/10/2019	500	38,98%	11,06%	97,44%	495
2012.1	02/01/2012	15/10/2012	15/10/2017	900	40,86%	11,00%	99,24%	795
2012.1	02/01/2012	15/10/2013	15/10/2018	900	39,58%	11,04%	98,33%	844
2012.1	02/01/2012	15/10/2014	15/10/2019	900	38,98%	11,06%	97,44%	890
2012.2	02/01/2012	01/12/2012	01/12/2017	300	40,67%	10,99%	99,20%	267
2012.2	02/01/2012	01/12/2013	01/12/2018	300	39,51%	11,05%	98,30%	284
2012.2	02/01/2012	01/12/2014	01/12/2019	300	38,95%	11,06%	97,41%	299
2012.3	01/02/2012	15/01/2013	15/01/2018	1.000	40,55%	11,04%	99,08%	892
2012.3	01/02/2012	15/01/2014	15/01/2019	1.000	39,47%	11,19%	98,18%	951
2012.3	01/02/2012	15/01/2015	15/01/2020	1.000	38,80%	11,23%	97,29%	1.001
2012.4	13/01/2012	13/01/2013	13/01/2018	100	40,47%	11,23%	99,20%	90
2012.4	13/01/2012	13/01/2014	13/01/2019	100	39,41%	11,31%	98,28%	96
2012.4	13/01/2012	13/01/2015	13/01/2020	100	38,88%	11,32%	97,37%	101
2012.5	20/08/2012	20/08/2013	20/08/2018	180	39,99%	9,65%	99,05%	154
2012.5	20/08/2012	20/08/2014	20/08/2019	180	38,74%	9,78%	98,11%	164
2012.5	20/08/2012	20/08/2015	20/08/2020	180	38,05%	9,87%	97,19%	173
2012.6	19/11/2012	19/11/2013	19/11/2018	200	39,90%	9,06%	98,68%	270
2012.6	19/11/2012	19/11/2014	19/11/2019	200	38,72%	9,20%	97,97%	288
2012.6	19/11/2012	19/11/2015	19/11/2020	200	38,04%	9,39%	97,80%	307
Total do exercício				9.540				9.272
Total 31/12/2012				23.370				22.573

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

Pagamento baseado em ações (stock options)--Continuação

Os efeitos da remuneração com base em opções para compra de ações, abrangendo todas as opções concedidas e em aberto, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, são os seguintes:

	1º programa	2º programa	3º programa	4º programa	5º programa	Registrado no resultado do exercício	Total registrado no patrimônio líquido
2011	939	-	-	-	-	939	939
2012	4.535	2.579	92	60	33	7.299	8.238
2013	4.375	2.666	96	163	289	-	-
2014	3.453	2.344	95	163	288	-	-
2015	-	39	4	105	255	-	-
	<u>13.302</u>	<u>7.628</u>	<u>287</u>	<u>491</u>	<u>865</u>		

No caso do beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício caducam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em até noventa dias.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos caducam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização.

12. Fornecedores

O contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores nacionais	9.219	341	9.810	3.135
Fornecedores estrangeiros	51	-	51	-
	<u>9.270</u>	<u>341</u>	<u>9.861</u>	<u>3.135</u>

Esses saldos referem-se basicamente a serviços necessários à execução da campanha exploratória, cujo prazo médio de liquidação é de 60 dias, sobre os quais não há incidência de encargos.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado está representado por 1.040.000 ações, sendo 250.000 ações ordinárias nominativas, 550.000 ações preferenciais classe "A" e 240.000 ações preferenciais classe "B", sem valor nominal, conforme abaixo detalhado:

Acionistas	Quantidade de ações			Total	%
	Ordinárias	Preferenciais classe "A"	Preferenciais classe "B"		
Fábrica Holding S.A.	150.000	3.000	320	153.320	14,74%
Ontário Teachers' Pension Plan	-	165.000	19.904	184.904	17,78%
Korea Investment Corporation	-	100.000	80.000	180.000	17,31%
EIG – Global Energy Partners	-	-	120.000	120.000	11,54%
Southeastern Asset Management	-	100.000	800	100.800	9,69%
Michael Stephen Vitton	50.000	11.000	360	61.360	5,90%
Mathew Todd Goldsmith	50.000	6.000	160	56.160	5,40%
Outros	-	165.000	18.456	183.456	17,64%
	250.000	550.000	240.000	1.040.000	100,00%

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, e cada ação preferencial confere ao seu detentor o número de votos nas deliberações da Assembleia Geral baseado no número de ações ordinárias nas quais tal ação preferencial é conversível, em cada caso, de acordo com e sujeito aos termos do Acordo de Acionistas.

Em 10 de setembro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas e o Conselho de Administração aprovaram um aumento de capital social no valor de R\$ 611.340 via subscrição privada, mediante emissão de 240.000 novas ações preferenciais classe B, dos quais a EIG Manabi Holdings S.à.r.l. (em nome de fundos administrados por EIG Global Energy Partners, "EIG"), empresa norte-americana e investidora institucional global dos setores de energia, mineração e infraestrutura, aportou R\$ 305.670, e o restante foi aportado pelos acionistas atuais da Companhia. Este aumento de capital foi deliberado por meio da criação de nova classe "B" de ações preferenciais, passando as ações preferenciais existentes a ser reclassificadas como ações preferenciais classe "A". As ações preferenciais classe "B" terão características similares, conforme previsto no Acordo de Acionistas.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas por bônus de subscrição e as opções de compra de ações outorgadas.

Em 8 de junho de 2011, a Companhia emitiu bônus de subscrição em favor dos acionistas (i) Fábrica Holding S.A., (ii) Mathew Todd Goldsmith e (iii) Michael Stephen Vitton. Tais bônus concedem aos seus detentores a opção de subscrever, no máximo, o total de 44.854 ações ordinárias pelo valor de R\$ 0,01 (um centavo) de acordo com os termos e condições previstos no Certificado de Bônus de Subscrição, aditado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de setembro de 2012, que será exercível, no todo ou em parte, a critério exclusivo do detentor, mediante a ocorrência dos eventos definidos ("Evento de exercício de bônus de subscrição").

O acionista Fábrica Holding S.A. tem direito de subscrever 60% dessas ações e os dois outros acionistas 20% cada.

O Evento de exercício mencionado não ocorreu até 31 de dezembro de 2012 e não está sob controle dos detentores da opção; portanto, essas opções não geraram qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

c) Prejuízo por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

Período de 10 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2011				
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Prejuízo atribuído aos detentores das ações	(23)	(41)	(64)	
Média ponderada das ações em circulação	219.700	382.900	602.600	
Prejuízo por ação - básico e diluído - em reais (*)	(0,10)	(0,10)		

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012				
	Ordinárias	Preferenciais classe "A"	Preferenciais classe "B"	Total
Prejuízo atribuído aos detentores das ações	(10.295)	(22.649)	(1.679)	(34.623)
Média ponderada das ações em circulação	250.000	550.000	40.767	840.767
Prejuízo por ação - básico e diluído - em reais (*)	(41,18)	(41,18)	(41,18)	

(*) O prejuízo do exercício não gera efeito dilutivo para os detentores das opções de compra de ações e do bônus de subscrição.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 são representados pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, classificados e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são representados pelos saldos de fornecedores e são registrados ao custo amortizado. O prazo de vencimento do saldo de fornecedores é, em média, 60 dias e não há diferenças relevantes entre os valores contábeis e os valores justos.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia mantém seus recursos em diferentes instituições financeiras, todas de reconhecida liquidez e, como política, limita a exposição em cada instituição.

15. Seguros

Em reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2011, foi aprovada a proposta apresentada pela Administração com base em uma proposta comercial da seguradora Chartis Seguros Brasil S.A., de uma apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores no valor total segurado de US\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) e um prêmio anual de aproximadamente US\$ 116.000 (cento e dezesseis mil dólares norte-americanos).

A apólice foi renovada em 4 de julho de 2012 no valor total segurado de R\$ 50.000 e prêmio anual de R\$ 146. O objetivo do seguro é o pagamento, a título de perdas, devido a terceiros pela pessoa segurada decorrente de uma reclamação.

O Conselho de Administração poderá revisar a expansão da cobertura nessa apólice em eventos especiais e/ou o aumento do valor total segurado.

Ricardo Antunes Carneiro
Diretor Presidente

Antonio Borges Leal Castello Branco
Diretor Financeiro

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Manabi S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Manabi S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Manabi S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Manabi S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia e suas controladas continuarão desenvolvendo negócios no segmento de mineração e os investimentos necessários para implementação do plano de negócios são significativos. Atualmente, a Companhia não tem atividades geradoras de caixa ou recursos suficientes para implementação do seu plano de investimentos e, dessa forma, dependerá de recursos dos acionistas ou de terceiros para implementação do seu plano de negócios.

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Manabi S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Wilson J. O. Moraes Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 107.211/O-1 Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

MANABI S.A.
CNPJ/MF nº 13.444.994/0001-87
NIRE nº 33.3.0029745-6

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO
CVM No. 480/2009 (parágrafo primeiro, inciso VI)

Declaramos, na qualidade de diretores da Manabi S.A., sociedade por ações com sede na Rua Humaitá, 275, andar 10 parte 1, Humaitá, CEP 22.261-005, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo primeiro, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM no. 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

Ricardo Antunes Carneiro
Diretor Presidente

Antonio Borges Leal Castello Branco
Diretor Financeiro

José Geraldo Barbosa
Gerente de Controladoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

MANABI S.A.
CNPJ/MF nº 13.444.994/0001-87
NIRE nº 33.3.0029745-6

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO
CVM No. 480/2009 (parágrafo primeiro, inciso V)

Declaramos, na qualidade de diretores da Manabi S.A., sociedade por ações com sede na Rua Humaitá, 275, andar 10 parte 1, Humaitá, CEP 22.261-005, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo primeiro, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM no. 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

Ricardo Antunes Carneiro
Diretor Presidente

Antonio Borges Leal Castello Branco
Diretor Financeiro

José Geraldo Barbosa
Gerente de Controladoria